

# Paulo Octávio explica cheque de Alves

O deputado Paulo Octávio (PRN-DF) levou ontem aos membros da CPI do Orçamento a escritura de compra e venda do apartamento 1.101, localizado no 11º pavimento do Kubitschek Plaza Hotel, que vendeu ao deputado João Alves (PPR-BA), no dia 8 de março de 1991. O deputado explicou que o cheque de Cr\$ 35 milhões que recebeu de João Alves, no dia 27 de fevereiro, refere-se ao sinal do pagamento deste apartamento. Trata-se de uma suíte de luxo, com 120 metros quadrados de área.

O apartamento foi vendido por Cr\$ 60 milhões, sendo que o restante do pagamento (Cr\$ 25 milhões) foi efetuado no dia 8 de março, conforme a folha 035 do cartório do 1º Ofício de Notas (Maurício de Lemos). De acordo com Paulo Octávio, o preço inclui não só o valor do imóvel, mas de seu mobiliário e decoração. Paulo Octávio explicou que o cheque foi nominal a ele (Paulo Octávio Pereira), mas que endossou o cheque e o depositou na conta da empresa Paulo Octávio Investi-

mentos Imobiliários, que é proprietária do Kubitschek Plaza.

**Para Benito** — O diretor da Redação do **CORREIO BRAZILIENSE**, Luiz Adolfo Pinheiro, enviou ontem mensagem ao coordenador da Subcomissão de Bancos da CPI do Orçamento, deputado Benedito Gama, dando explicações sobre os cheques que recebeu do deputado João Alves. A mensagem é a seguinte:

“Com a minha cordial Saudação, tenho a honra de dirigir-me a V.Excelência a fim de oferecer, espontaneamente, informação a respeito de cheques que recebi, em 1991 e 1992, do deputado J o à o A l v e s .

De início gostaria de dizer que, residindo em Brasília desde 1970 como jornalista e tendo exercido funções de assessor parlamentar de dois Ministérios, mantenho, felizmente, boas relações com numerosos membros do Congresso Nacional, inclusive com o referido deputado, que já estava no exercício de mandato quando aqui chegou. Nessa condição, fui por ele procurado naqueles anos para

intermediar a publicação de matéria paga de seu interesse em vários jornais e revistas, das quais estou anexando cópias de duas delas à presente. De boa fé, como sempre agi e pretendo continuar agindo na vida, aceitei o pedido e contatei uma agência de publicidade de Brasília que fez os levantamentos dos preços. Em seguida, recebi os cheques nominais, depositei-os nas minhas contas e repassei à agência, que efetuou o pagamento aos respectivos órgãos de imprensa.

Esse o esclarecimento que gostaria de prestar a V.Excelência e aos demais integrantes da subcomissão que preside, mesmo sabendo que minha atuação naquele episódio nada teve de ilícita e nem se relaciona diretamente com as atividades da CPI. Faço-o, porém, de bom grado e como forma de colaboração ao trabalho da Comissão que, como todos os brasileiros, espero seja proveitoso para sanear o Orçamento da União e para coibir abusos e malversação na aplicação de verbas públicas”.